



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

N.º 95/2019 – LJ/PGR
Sistema Único n.º

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA AO INQUÉRITO N.º 4437
NOTÍCIA DE FATO N.º 1.00.000.025449/2018-62
RELATOR: Ministro Edson Fachin

Excelentíssimo Senhor Ministro Edson Fachin,

A **PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA**, no exercício de suas funções constitucionais e legais, previstas no art. 129-I da Constituição Federal, no art. 6º-V da Lei Complementar n.º 75/1993 e no art. 24 do Código de Processo Penal, com base na Notícia de Fato n.º 1.00.000.025449/2018-62, apresenta

denúncia

em face de

LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA, brasileiro, casado, deputado federal, pecuarista, nascido em 19/11/1962, portador do [REDACTED] filho de Afrísio de Sousa Vieira Lima e de Marluce Vieira Lima, residente e domiciliado à [REDACTED]

MARCELO BAHIA ODEBRECHT (colaborador da justiça), brasileiro, casado, filho de Emílio Alves Odebrecht, nascido em 18/10/1968, natural de Salvador/BA, portador do [REDACTED]

CLÁUDIO MELO FILHO (colaborador da justiça), brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do [REDACTED]

JOSÉ DE CARVALHO FILHO (colaborador da justiça), brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do [REDACTED], residente na [REDACTED]

CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO (colaborador da justiça), brasileiro, casado, nascido em 03/01/1970, natural de Salvador/BA, administrador de empresas, portador do [REDACTED]

pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

I

Nos autos da Ação Penal n. 1030¹ (Inq. 4633 – íntegra na mídia de fl. 95²), a Procuradoria Geral da República imputou ao Deputado Federal **LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA**, ao seu irmão, GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA e à mãe deles, MARLUCE VIEIRA LIMA, a prática de atos criminosos de lavagem de dinheiro, entre eles a ocultação de mais de R\$ 51 milhões apreendidos pela Polícia Federal em 05/09/2017 em malas e caixas em um apartamento em Salvador/BA.

Como restou provado naquela ação penal, o valor milionário tinha origem em diversos crimes antecedentes. Um deles se relaciona com a *Operação Cui Bono*³ (desdobra-

1 Em trâmite no Supremo Tribunal Federal, sob a relatoria do Exmo. Min. Edson Fachin, 2ª Turma.

2 A presente denúncia (com base na Notícia de Fato nº 1.00.000.025449/2018-62) é também lastreada nos Inquéritos ns. Inq. 4437, 4664 e 4633 (Ação Penal n. 1030). As íntegras de todos esses autos estão no *hard disk* SN NA 87JDWG, acostado à fl. 95 da notícia de fato.

3 Perante a 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, investigaram-se esquemas ilícitos para obtenção de recursos junto à Caixa Econômica Federal, de 2011 a 2013, com a participação de GEDDEL VI-

mento da *Lava Jato*) e ao repasse de aproximadamente R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em espécie, a GEDDEL VIEIRA LIMA, pelo doleiro LÚCIO BOLONHA FUNARO — comprovadamente operador de propina para alguns integrantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Outro tipo de crime antecedente ao de lavagem de dinheiro foi o peculato, com apropriação de até 80% (oitenta por cento) das remunerações de secretários parlamentares de LÚCIO VIEIRA LIMA, que é deputado federal desde 2011⁴.

Esta denúncia refere-se a um outro grupo de crimes antecedentes, também desdobramento da *Lava Jato*, e tem como objeto específico o pagamento de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) a LÚCIO VIEIRA LIMA em 2013, a título de vantagem indevida, por integrantes da empresa ODEBRECHT.

A entrega das vantagens indevidas foram contrapartidas específicas pela atuação política e parlamentar sem entraves de LÚCIO VIEIRA LIMA que contribuiu para a aprovação, nos termos pretendidos pelos corruptores, da Medida Provisória n. 613/2013^{5 6}, haja vista sua condição de Presidente da Comissão Mista do Congresso, responsável pela conversão dela em lei⁷. Um exemplo perfeito da denominada *corrupção imprópria*^{8 9}.

EIRA LIMA, à época Vice-Presidente de Pessoa Jurídica da CEF, do então Vice-Presidente de Fundos de Governos e Loterias, FÁBIO CLETO, do operador LÚCIO BOLONHA FUNARO e, ainda, de EDUARDO CUNHA, na condição de Presidente da Câmara dos Deputados. Esta investigação resultou em quatro denúncias apresentadas e aceitas pela Justiça (Processos n°s: 1022880-56.2018.4.01.3400, 1022899-62.2018.4.01.3400, 1022900-47.2018.4.01.3400, 1022920-38.2018.4.01.3400).

4 Denúncia já oferecida no bojo do INQ n.º 4664, em 05/12/2018. A íntegra deste inquérito está na mídia de fl. 95.

5 A Medida Provisória n. 613/2013 foi publicada em 08/05/2013 (<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=576000>). Nesse mesmo dia, definiram-se prazos para as emendas (9/5/2013 a 14/5/2013) no âmbito da Comissão Mista que veio a ser presidida pelo denunciado (fonte: mesmo link acima).

6 A íntegra da MP n. 613/2013 consta da fl. 115 do Inquérito n. 4437, cuja íntegra encontra-se na mídia na fl. 95.

7 <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao;jsessionid=39B02296DE0ABC00754701C04AE1F94D?0&codcol=1673>

8 Sobre *corrupção imprópria*, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Penal n. 470, assim dispôs: “Além disso, o resultado poderia ser obtido mediante a prática de atos lícitos do parlamentar, a denotar, nesse caso, a chamada *corrupção imprópria*, dado que a vantagem poria em dívida a honorabilidade do Presidente da Câmara e a seriedade da sua função. (...) Seria irrelevante que o ato funcional, comissivo ou omissivo, sobre o que versaria a venalidade, fosse lícito ou ilícito, ou seja, contrário ou não aos deveres do cargo ou função. Isso porque a não distinção entre licitude e ilicitude do ato ou abstenção visada pelo pacto de *corrupção* decorreria de que o motivo da tipificação penal na espécie — a *pravidade*, a *malignidade do tráfico do comércio da função* — acarretaria *desprestígio da Administração* ou a *suspeita em torno desta*, daí porque o delito se consumaria com a *aceitação do dinheiro dos sócios da empresa que concorreria à licitação*, ainda que o ato funcional não viesse a ser praticado” (AP 470/MG, rel. Min. Joaquim Barbosa, 27, 29 e 30.8.2012).

O conteúdo desta MP foi assim sintetizado na Mensagem n. 172/2013¹⁰ do Poder Executivo:

"Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 613/2013, que Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/PASEP e da CO-FINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica, e dá outras providências" e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica, e dá outras providências."

Convertida depois na Lei n. 12.859/2013, a norma disciplinou o chamado "*REIQ – Regime Especial da Indústria Química*", acarretando a desoneração fiscal para aquisição de matérias-primas – efeito que diretamente beneficiou a BRASKEM¹¹, sociedade empresária do ramo petroquímico do grupo ODEBRECHT.

Em termos práticos e gerais, a renúncia fiscal foi de R\$ 9,54 bilhões¹², só no período de 2013 a 2015. Bem por isso, os dirigentes da ODEBRECHT não mediram esforços criminosos para a obtenção deste benefício estatal.

A investigação aponta que, no âmbito legislativo, ao menos R\$ 6.450.000,00¹³ foram investidos em propina para a conversão da MP em lei. Assim, confessadamente seus executivos pagaram propina em duas frentes: a integrantes do Poder Executivo¹⁴ (vinculados à

9 Em sua defesa na investigação, LÚCIO afirmou que, *como presidente da comissão mista, não apresentou quaisquer esclarecimentos, tais como emenda, substitutivo, obstrução, voto, visto que, para se manter isento na condução dos trabalhos, tem como entendimento que apenas deve presidir a comissão, para não pairar dúvidas acerca da imparcialidade na discussão da matéria*" (fl. 453 – mídia na fl. 95). Ora, o que LÚCIO vendeu aos corruptores foi a regularidade e a celeridade do processo de conversão da MP – um "*porto seguro*" –, ou seja, atos de ofício regulares seus foram objeto de corrupção imprópria.

10 <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=576000>

11 Ouvido na fl. 566 do Inq. 4437 (mídia na fl. 95), MARCELO LYRA GURGEL DO AMARAL, então vice-presidente de Comunicação, Marketing, Desenvolvimento Sustentável e Relações Institucionais da ODEBRECHT em 2013, disse que "*verificada a potencialidade da discussão em tramitação no Legislativo ou no Executivo interferir na atividade da BRASKEM, seus executivos levavam essa discussão para a entidade do setor produtivo que representava o setor em que a BRASKEM se posicionava frente à proposta de alteração legislativa, por exemplo, ABIQUIM.*"

12 Renúncia fiscal geral, ou seja, de todo setor e não apenas em benefício da ODEBRECHT, conforme notícia o link "<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/INDUSTRIA-E-COMERCIO/450445-CAMARA-APROVA-MP-QUE-DA-INCENTIVO-A-PRODUTORES-DE-ETANOL-E-A-INDUSTRIA-QUIMICA.html>"

13 Ouvido na fl. 137 do Inq. 4437 (cópia impressa do termo na fl. 79), CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO, executivo da BRASKEM à época dos fatos, esclareceu que "*os R\$ 6.000.000,00 que foram disponibilizados pela BRASKEM para pagamento como contrapartida pela aprovação da medida Provisória 613/2013 foram sacados do saldo que a BRASKEM tinha junto ao Setor de Operações Estruturadas do grupo*".

14 Segue trecho da denúncia no Inquérito 4325 (imputação de organização criminosa a integrantes da cúpula do Partido dos Trabalhadores – íntegra em <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-denuncia-integrantes>

Presidência da República), pela edição da medida provisória, e também, em um segundo momento – o do processo legislativo –, na conversão dela em lei, tanto a alguns senadores, quanto a alguns deputados.

Justamente para aprofundar as investigações sobre os pagamentos de 2013 a **LÚCIO VIEIRA LIMA** e a outros parlamentares, bem como de supostas propinas pelas conversões também das MP's 470 e 472, ambas de 2009, foi instaurado o Inquérito n. 4437, de onde se extraíram as principais peças de informação que instruem a Notícia de Fato nº 1.00.000.025449/2018-62 e que compõem a necessária base de fatos que fundamentam esta denúncia.

Em suma, esta denúncia tem por objeto *uma parte* dos contextos fáticos investigados no INQ 4437: **especificamente a dos pagamentos, em 2013, de R\$ 1,5 milhão de dirigentes da ODEBRECHT ao Deputado Federal LÚCIO VIEIRA LIMA**, pela sua atuação, sem entraves, na conversão da MP n. 613/2013 em lei, valendo-se da condição de Presidente da Comissão Mista da conversão.

do-pt-por-formacao-de-organizacao-criminosa): “Os pagamentos realizados pela Odebrecht eram parte da contrapartida acertada em razão de interesses que foram atendidos, de forma ilícita, pelos governos de LULA e DILMA. Nesse sentido, podemos citar: a) ampliação de uma linha de crédito concedida pela CO-FIG voltada à exportação de bens e serviços do Brasil para Angola; b) liberação de recursos à Odebrecht para execução da obra do Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB; c) edição pelo então Presidente LULA da Medida Provisória 470 e da Medida Provisória 472/2009, que beneficiaram a Braskem e outras empresas industriais ao ser estabelecido programa especial de parcelamento de débitos de IPI; d) ampla atuação do Governo Federal em prol do grupo em temas relacionados ao setor energético, especialmente nos projetos de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte; e) edição pela então Presidente DILMA da Medida Provisória 613/2013, que concedeu desoneração fiscal para aquisições de matérias-primas por indústrias químicas brasileiras, em benefício da Braskem; e f) a atuação do então Ministro da Fazenda GUIDO MANTEGA com vistas a facilitar a aquisição pela PREVI de torre comercial e de shopping center no empreendimento denominado “Parque da Cidade, construído e comercializado pela Odebrecht Realizações Imobiliárias. (...) Em contrapartida a todas essas transações, as empresas do grupo Odebrecht, no período de 2002 a 2014, pagaram a título de propina de mais de R\$ 400 milhões de reais ao grupo político dos ora denunciados: sendo R\$ 20 milhões em 2002, conforme já explicitado, e outros R\$ 20 milhões em cada um dos anos 2004, 2006, 2008 e 2010210211212; R\$ 200 milhões creditados na Planilha “Italiano” e R\$ 123 milhões na Planilha “Pós-Itália”.

II

II.1. Do fato criminoso e de suas circunstâncias

Embora não se saiba a data exata, mas seguramente depois de 08/05/2013, em Brasília/DF, **LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA** aceitou promessa de vantagem indevida, em razão da sua função de presidente da Comissão Mista de Conversão da Medida Provisória n. 613/2013, feita por **MARCELO BAHIA ODEBRECHT**, **CLÁUDIO MELO FILHO** e **JOSÉ DE CARVALHO FILHO**, executivos da construtora ODECRECHT, para que atuasse política e partidariamente de modo a promover a tramitação sem percalços, atrasos e alterações relevantes no texto da Medida Provisória n. 613.

Em 04/10/2013, em Salvador/BA, o Deputado Federal **LÚCIO VIEIRA LIMA** recebeu dos corruptores R\$ 1,5 milhão de reais, a título desta referida vantagem indevida pela sua prometida atuação no processo legislativo de conversão da MP n. 613.

A MP n. 613 foi entregue ao Congresso Nacional em 08/05/2013¹⁵ e **LÚCIO VIEIRA LIMA** foi eleito presidente da Comissão Mista pelos seus pares¹⁶.

Nesta condição, passou a exercer de fato e de direito diversas competências legislativas definidas no Regimento da Câmara dos Deputados: designar relator¹⁷; realizar despachos das emendas de demais congressistas¹⁸; convocar as reuniões¹⁹ e proferir o voto de minerva (desempate) nas deliberações²⁰.

Ouvido sobre esse papel, **LÚCIO VIEIRA LIMA** declarou que:

“foi o presidente eleito da comissão que analisou a MP 613/2013; sua atuação, enquanto presidente da comissão mista, esteve restrita às funções previstas no regimento do Con-

15 <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=576000>

16 Nos termos do art. 9º do Regimento Comum, “Os membros das Comissões Mistas do Congresso Nacional serão designados pelo Presidente do Senado mediante indicação das lideranças” (...) § 2º As Comissões Mistas reunir-se-ão dentro de 48 (quarenta e oito) horas de sua constituição, sob a presidência do mais idoso de seus componentes, para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, sendo, em seguida, designado, pelo Presidente eleito, um funcionário do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados para secretariá-la. (<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=576000>).

17 Art. 10, § 3º Ao Presidente da Comissão Mista compete designar o Relator da matéria sujeita ao seu exame.

18 Art. 11. Perante a Comissão, no prazo de 8 (oito) dias a partir de sua instalação, o Congressista poderá apresentar emendas que deverão, em seguida, ser despachadas pelo Presidente.

19 Art. 11. § 3º A Comissão decidirá por maioria simples em reunião que se realizará, por convocação do Presidente, imediatamente após o decurso do prazo fixado para interposição do recurso.

20 Art. 14. A Comissão Mista deliberará por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, tendo o Presidente somente voto de desempate.

gresso para o encargo, podendo citar a condução dos trabalhos, a concessão das palavras a membros da comissão durante as reuniões, a indicação do relator etc²¹.

Enfim, o denunciado incumbiu-se da ordenação e condução dos trabalhos. As notas taquigráficas das reuniões e dos trabalhos foram juntadas a estes autos (a partir da fl. 32 do Ap. VI, Volume I do Inq. 4437 - fl. 95).

A edição da medida provisória pelo Executivo não garantia de modo definitivo o sucesso do benefício fiscal alcançado pelos dirigentes da Odebrecht. Era preciso convencer congressistas com argumentos técnicos²², e a alguns deles MARCELO BAHIA ODEBRECHT (colaborador da justiça), CLÁUDIO MELO FILHO (colaborador da justiça), JOSÉ DE CARVALHO FILHO (colaborador da justiça), e CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO resolveram oferecer, e ofereceram, com promessa e posterior pagamento de vantagens indevidas, como foi o caso de LÚCIO VIEIRA LIMA.

O Projeto de Lei de Conversão (PLC) passou a enfrentar dificuldades no Congresso^{23 24 25} e a preocupação dos interessados em sua aprovação, entre eles os corruptores, foi

- 21 Termo de depoimento de LÚCIO VIEIRA LIMA à fl. 73 da notícia de fato e fl. 451 do Inq. 4437 – íntegra do inquérito na mídia de fl. 95.
- 22 Ouvida nas fls. 509 e 510 do Inq. 4437 (mídia de fl. 95), ELIZABETH MARIA MERCIER QUERIDO FARINA, então presidente da União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA), passou a discutir com parlamentares a importância da aprovação da MP. *“Quando uma alteração legislativa proposta pelo Executivo, como uma medida provisória, ou até mesmo pelo Congresso Nacional, será discutida no âmbito da Câmara dos Deputados, ou do Senado Federal, a UNICA intensifica sua agenda em Brasília, discutindo com parlamentares em seus gabinetes (fl. 509). (...) Durante a discussão e tramitação da MP 613/2013, a declarante teria atuado na tentativa de convencer os membros do Congresso nacional sobre a importância da aprovação”* (fl. 510).
- 23 Segundo CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA, executivo da ODEBRECHT (fl. 43 do Apenso 1, mídia de fl. 95): *“A aprovação da medida provisória na Câmara dos Deputados foi dificultada com a inclusão pelo Governo de uma emenda tratando dos Portos Secos, que não estava alinhada com a base de apoio do governo na Câmara. De forma a contornar esse problema, que obstruía a sua aprovação, Marcelo Odebrecht buscou apoio do Ministro Guido Mantega, através de seu assessor Sergio Bath. Este, por sua vez, sugeriu que se buscasse o apoio de Dyogo Oliveira, à época Secretário Executivo interino do Ministério da Fazenda. A partir desse contato, o Governo tomou a decisão de retirar o tema de Porto Seco da MP 613, o que permitiu sua aprovação e seguimento ao Senado. Os e-mails de fls. 46 e ss do Apenso 1, trocados entre MARCELO ODEBRECHT e FADIGAS, demonstram essa dificuldade enfrentada. Em 22 de agosto de 2013, MARCELO ODEBRECHT escreveu a Sergio Eugenio de Risios Bath: “A MP 613 emperrou na Câmara e se não votar na próxima 3ª vai caducar e ser um verdadeiro desastre para o setor petroquímico e para o setor de etanol”* (fl. 49 do Ap. 1, mídia de fl. 95).
- 24 A presidente da União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA), ELIZABETH MARIA MERCIER QUERIDO FARINA, declarou (fl. 510 do Inq. 4437, mídia de fl. 95) que *se recorda de uma obstrução formal à tramitação da MP, todavia, não se recorda o que teria motivado essa obstrução, e nem mesmo os parlamentares que eventualmente podem ter participado desta pauta.*
- 25 As dificuldades impostas à aprovação foram confirmadas pelo então presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), MARCELO LYRA GURGEL DO AMARAL. Ouvido às fls. 571 e seguintes do Inq. 4437 (mídia à fl. 95), disse que *“acompanhou a agenda de tramitação da MP 613/213 no Congresso Nacional, quando soube, por acerca da apresentação de Emendas ao texto original da MP e que poderiam retardar a aprovação da medida em virtude de novas discussões que seriam impostas”*.

levada²⁶ ²⁷ ao presidente da Comissão Mista, LÚCIO VIEIRA LIMA – o que confirma a relevância de suas atribuições funcionais para a compra do ato de ofício.

CLÁUDIO MELO FILHO era subordinado ao diretor presidente do grupo ODEBRECHT, MARCELO BAHIA ODEBRECHT²⁸, e assumiu, por incumbência de MARCELO, a interlocução pessoal com parlamentares corruptíveis, entre eles LÚCIO VIEIRA LIMA. Entre 08/05/2013, data em que a MP aportou ao Congresso, e 04/10/2013, dia dos pagamentos efetuados a LÚCIO, CLÁUDIO MELO FILHO esteve onze vezes no Câmara dos Deputados (conforme registros na fl. 198 do Inq. 4437, mídia de fl. 95).

Nesta época, CLÁUDIO MELO FILHO reportou a CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO e a MARCELO BAHIA ODEBRECHT, seus superiores, a necessidade de investimento de pelo menos R\$ 6 milhões em propina para a fase legislativa da MP. Nas palavras de CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO, “em setembro de 2013, Cláudio Filho procurou ao declarante [FADIGAS] e a Marcelo Odebrecht e reportou a necessidade do pagamento de 6 milhões de reais para parlamentares que exerciam o papel de liderança no Congresso Nacional (fl. 64 do Ap 1 do Inq. 4437 – fl. 95). CLÁUDIO MELO FILHO confirmou que levou essa demanda aos dois superiores (fl. 72 do Ap. 1 do Inq. 4437, mídia de fl. 95, e termo impresso na fl. 20).

Passo seguinte, CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO acionou HILBERTO SILVA e solicitou a disponibilidade desse valor para CLÁUDIO MELO FILHO (fl. 64 do Ap. 1, mídia na fl. 95).

A entabulação criminoso foi detalhada por CLÁUDIO MELO FILHO:

(...) Na manhã do mesmo dia²⁹ em que teria se encontrado com o parlamentar [Lúcio], ocorreu um café da manhã, que acredita ter sido promovido pela ABIQUIM, com apoio da BRASKEM, e pela frente parlamentar de defesa da indústria química com deputados,

26 ELIZABETH MARIA MERCIER QUERIDO FARINA confirmou o seguinte: “se recorda de também ter se reunido com o Deputado Federal LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA, em reunião no Congresso Nacional, onde estavam presentes outras pessoas interessadas na aprovação da MP, quando teriam levado a preocupação com os entraves que ainda ocorriam na tramitação da medida legislativa (fl. 511 do Inq. 4437 contido na mídia de fl. 95, e cópia do termo impressa na fl. 82 da notícia de fato).

27 MARCELO LYRA GURGEL DO AMARAL, ouvido às fls. 569 e seguintes do Inq. 4437 (íntegra na mídia de fl. 95), afirmou: “durante a tramitação da MP 613/2013 no Congresso Nacional, houve um reunião técnica entre representantes da ABIQUIM e o deputado federal LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA, presidente da comissão mista que analisava a MP no Congresso Nacional, com o objetivo de informá-lo sobre o contexto desta medida provisória, à luz dos interesses da entidade.”

28 Conforme fl. 200 do Inq. 4437 (mídia de fl. 95).

29 O encontro ocorreu em 07/08/2013. Assim narrou CLÁUDIO FILHO à fl. 73 do Ap. 1 do Inq. 4437 (mídia na fl. 95): “participou da MP 613 na qualidade da Comissão Mista. Em reunião realizada no dia 07/08/2013, no gabinete da liderança do PMDB, na qual eu estava presente juntamente com representantes de outras empresas.”

entre os quais LÚCIO VIEIRA LIMA, evento em que o mesmo (sic.) teria realizado uma série de questionamentos, dando a entender aos representantes da BRASKEM, presentes no encontro, de que o parlamentar estaria 'criando dificuldades para vender facilidades', tendo em vista o papel relevante que ocupava na comissão mista que analisava a MP no Congresso nacional.

Em um primeiro momento do encontro, a abordagem a LÚCIO foi eminentemente técnica – “os representantes da BRASKEM e da ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL solicitaram o apoio do depoente [CLÁUDIO MELO FILHO] para debater a importância da aprovação da MP 616/2013, com o Deputado LÚCIO VIEIRA LIMA, quando foi agendada para o mesmo dia uma reunião no gabinete da liderança do PMDB (fl. 203 do Inq. 4437 – mídia na fl. 95).

Mas daí evoluiu para o pagamento de propina ao parlamentar: (...) *nessa reunião, que teve caráter estritamente técnico para debater o objeto da MP, o parlamentar solicitou, ao final da reunião, suporte financeiro do grupo para campanha eleitoral* (fl. 203 do Inq. 4437 – mídia na fl. 95).

Na verdade, “*suporte financeiro para campanha eleitoral*” não passava de mero eufemismo para não se pronunciar a palavra “*propina*”, como revelou a *Operação Lava Jato*.

Aliás, 2013 nem sequer foi ano eleitoral e a arrecadação de recursos, nas eleições do ano seguinte, só foi autorizada pela lei³⁰, a partir de 15 de maio de 2014. Logo, aquele R\$ 1,5 milhão não se tratou de contribuição para campanha.

CLÁUDIO MELO FILHO confirmou o caráter ilícito da solicitação: “*Embora o pedido de contribuição financeira tenha sido feito pelo parlamentar acima, com fundamento em necessidade de custear despesas de campanhas eleitorais, ficou claro que o não atendimento ao pedido traria dificuldades na aprovação da MP 613* (fl. 73 do Ap. 1 do Inq. 4437 – mídia na fl. 95).

Esse temor com a criação de entraves foi espontaneamente registrado em *e-mail* datado de 21/08/2013. CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO escreveu a MARCELO BAHIA ODEBRECHT e a CLÁUDIO MELO FILHO: “*A sessão não acabou. Pelo que sei, a briga está*

30 Art. 22, da Lei n. 9507/1997: “§ 3º Desde o dia 15 de maio do ano eleitoral, é facultada aos pré-candidatos a arrecadação prévia de recursos na modalidade prevista no inciso IV do § 4º do art. 23 desta Lei, mas a liberação de recursos por parte das entidades arrecadadoras fica condicionada ao registro da candidatura, e a realização de despesas de campanha deverá observar o calendário eleitoral”.

feia. PMDB dando trabalho. CMF é quem tem o detalhe” (fl. 75 do Ap. 1 do Inq. 4437 – mídia na fl. 95).

Como confessou CLÁUDIO MELO FILHO, “*neste encontro [com LÚCIO], não foi tratado sobre valores; que, após conversar com FADIGAS, presidente da BRASKEM, e este apontar a disponibilidade de recursos da empresa, o depoente [CLÁUDIO MELO FILHO] voltou a se encontrar com o Deputado LÚCIO VIEIRA LIMA para lhe informar sobre a doação, no montante entre R\$ 1.000.000,00 e R\$ 1.500.000,00*” – fl. 203 do Inq. 4437, mídia na fl. 95.

A aprovação do pagamento coube a CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO³¹ e a comunicação ao parlamentar a JOSÉ DE CARVALHO FILHO. Assim dispôs CLÁUDIO MELO FILHO: “*Solicitei a José Filho que transmitisse ao parlamentar a confirmação de que a Companhia realizaria o pagamento de valor compreendido entre R\$ 1,0 milhão e R\$ 1,5 milhão*” (fl. 73 do Ap. 1 do Inq. 4437, mídia na fl. 95). Além de fazer a comunicação, JOSÉ DE CARVALHO FILHO informou ao deputado e combinaram o lugar de entrega³².

A partir daí, a investigação evoluiu para a demonstração documental de pagamentos lançados na contabilidade paralela da ODEBRECHT; para a disponibilização do dinheiro na sede do grupo em Salvador/BA, com a funcionária Maria Lúcia Tavares e, finalmente, para as entregas desses valores a um secretário parlamentar de LÚCIO, Job Ribeiro Brandão, então ocupante de cargo em comissão na Câmara dos Deputados.

Para o pagamento de propina, a ODEBRECHT utilizava-se de um sistema computacional chamado “*Drousys*”, baseado na Suíça e gerenciado pelo Setor de Operações Estruturadas do grupo. Os discos rígidos desse sistema foram fornecidos pela empresa e por autoridades suíças ao Ministério Público Federal³³.

Submetidos esses arquivos à Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise – SP-PEA/PGR, os resultados revelaram que “*a empreiteira efetuou pagamentos na ordem de, pelo menos, R\$ 6.450.000,00 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), entre os meses de outubro de 2013 e janeiro de 2014, destinados a agentes políticos em decorrência da*

31 À fl. 22 do Apenso 1 do Inquérito n. 4437 (mídia na fl. 95), o executivo da ODEBRECHT JOSÉ DE CARVALHO FILHO declarou que, “*após a aprovação de Carlos Souza, por conta da aprovação da MP 613/2013, ocorreu o pagamento de R\$ 1,5 milhão a LÚCIO VIEIRA LIMA.*”

32 Assim narrou JOSÉ DE CARVALHO: “*estive, a pedido de Cláudio Filho, com o deputado em meados de outubro de 2013 e informei ao mesmo a senha e ele me repassou o local onde deveriam ser entregues os valores. O pagamento foi feito pela equipe de operações estruturadas* (fl. 22 do Ap. 1, mídia na fl. 95).

33 A entrega dos registros do sistemas *Drousys* foi feita por meio de termo de transferência de informações confidenciais (anexo 1 do RA n. 085/2018), em 28 de março de 2017, em 4 (quatro) discos rígidos contendo 1.781.624 arquivos, totalizando 2,67 terabytes de dados, conforme fl. 46.

cutivos da Odebrecht, identifica o Deputado Federal LÚCIO VIEIRA LIMA (fl. 820 do Inq. 4437, mídia na fl. 95).

As planilhas com os pagamentos, em que pese produzidas unilateralmente pela ODEBRECHT, foram criadas e lançadas à época dos fatos – portanto, espontaneamente –, realidade que lhe confere credibilidade como prova, sobretudo quando conjugadas aos demais elementos probatórios apresentados a seguir.

À fl. 22 do Apenso 1 do Inquérito 4437 (mídia na fl. 95), JOSÉ DE CARVALHO FILHO declarou³⁴ o seguinte: “estive, a pedido de Cláudio Filho, com o deputado [LÚCIO] em meados de outubro de 2013 e informei ao mesmo (sic.) a senha e ele me repassou o local onde que deveriam ser entregues os valores. O pagamento foi feito pela equipe de operações estruturadas.(...) Os números de telefone de Lúcio Vieira Lima são [REDACTED] e [REDACTED] [gabinete]. Sua secretária se chama Vera. No dia 04/10/2013, dia do pagamento que consta no Drousys, tenho duas ligações para Lúcio Vieira Lima e dois SMS enviados para esse mesmo parlamentar”. Seguem as provas:

1.2 Registro de ligações telefônicas com o Lucio Vieira Lima;

Ação	Numero que ligou	Data	Hora	Duracao_Quantidade	Numero que recebeu ligação	Pessoa
Serviço	[REDACTED]	27/09/13	15:23:51	1	[REDACTED]	Lucio Vieira Lima
Serviço	[REDACTED]	27/09/13	15:23:51	1	[REDACTED]	Lucio Vieira Lima
Serviço	[REDACTED]	27/09/13	16:41:00	1	[REDACTED]	Lucio Vieira Lima
Serviço	[REDACTED]	27/09/13	16:41:00	1	[REDACTED]	Lucio Vieira Lima
Serviço	[REDACTED]	28/09/13	08:55:02	1	[REDACTED]	Lucio Vieira Lima
Serviço	[REDACTED]	28/09/13	08:55:02	1	[REDACTED]	Lucio Vieira Lima
Serviço	[REDACTED]	04/10/13	11:58:43	1	[REDACTED]	Lucio Vieira Lima
Serviço	[REDACTED]	04/10/13	12:33:51	1	[REDACTED]	Lucio Vieira Lima
Serviço	[REDACTED]	04/10/13	11:58:43	1	[REDACTED]	Lucio Vieira Lima
Serviço	[REDACTED]	04/10/13	12:33:51	1	[REDACTED]	Lucio Vieira Lima

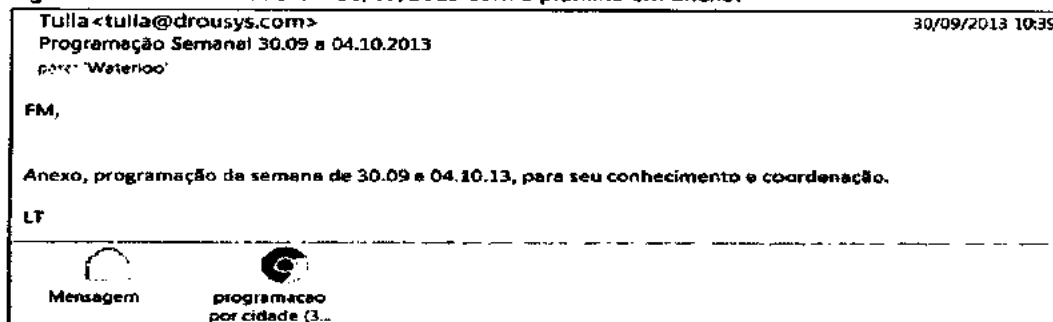
Ouvida às fls. 209 e 210 do Inq. 4437 (mídia na fl. 95), MARIA LÚCIA confirmou: “cada funcionário tinha um usuário no sistema – que a declarante era TULLIA, FERNANDO MIGLIACIO era WATERLOO, LUIZ EDUARDO era TUSHIO (...). Que após avisar a FER-

³⁴ Fls. 31 e seguintes do Apenso 1 (fl. 95).

NANDO MIGLIACIO, a declarante avisava aos 'prestadores' uma listagem contendo o valor total que deveriam entregar naquela semana e uma das entregas individuais."

Eis o teor do e-mail relativo ao caso imputado (fl. 823 do Inq. 4437, mídia na fl. 95):

Figura 27 - Email enviado em 30/09/2013 com a planilha em anexo.



Assim, entabulada a corrupção, precificada em R\$ 1,5 milhão como contrapartida à condução dos trabalhos no âmbito da Medida Provisória n. 613, pelo deputado (corrupção imprópria) e ordenados os pagamentos, vieram, enfim, as entregas de dinheiro.

LÚCIO determinou a JOB RIBEIRO BRANDÃO, até então secretário parlamentar ligado ao seu gabinete na Câmara dos Deputados³⁵, que fosse buscar dinheiro na sede da ODEBRECHT na Bahia. Ouvido pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal em 14/11/2017 (fl. 1494 do Volume 6 do Inquérito n. 4633, mídia na fl. 95), JOB declarou:

"...embora não fizesse coletas de dinheiro em espécie, se recorda de ter ido cerca de 5 ou 6 vezes na sede da ODEBRECHT, situada na Avenida Paralela em Salvador/BA, levado de carro por ROBERTO, local onde esteve com uma senhora de nome LÚCIA, com quem pegou dinheiro em espécie nessas ocasiões; QUE essas coletas foram feitas a pedido de GEDDEL e LÚCIO VIEIRA LIMA, sendo que chamou a atenção LÚCIO ter mencionado que procurasse sua xará no prédio da ODEBRECHT."

35 A ligação de JOB RIBEIRO BRANDÃO com os VIEIRA LIMA é antiga. Ele começou a trabalhar como secretário parlamentar da Câmara dos Deputados em fevereiro de 1989, no gabinete do então Deputado Federal AFRÍSIO VIEIRA LIMA, pai do denunciado. De março de 1990 a fevereiro de 1991, assumiu um cargo de confiança no DETRAN/BA, por indicação do deputado, então Secretário de Segurança Pública do Estado. Voltou a ser remunerado pela Câmara dos Deputados, na função de secretário parlamentar do então Deputado GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA, de fevereiro de 1991 a março de 2007. Com a saída de GEDDEL para a função de Ministro de Estado, passou a ser secretário parlamentar de seu suplente, EDGAR MÃO BRANCA, até março de 2010. De abril de 2010 a janeiro de 2011, voltou a trabalhar vinculado a GEDDEL. Depois, já em fevereiro de 2011, passou a trabalhar vinculado ao recém-empossado Deputado Federal LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA, exercendo a função até ser exonerado em 27/10/2017, depois de encontradas suas impressões digitais nos R\$ 51 milhões ocultados em um apartamento em Salvador/BA.

Uma dessas vezes foi em 04/10/2013, para receber R\$ 1,5 milhão. Neste ponto, impõe registrar o seguinte: JOB é pessoa simples, humilde e verdadeira. As revelações que fez sobre esses recebimentos na ODEBRECHT ocorreram em um estágio ainda embrionário da investigação movida naquele 4633, sem qualquer acordo de colaboração premiada. Logo, foram revelações espontâneas, sequer provocadas ou confirmatórias, mormente porque nem a PGR nem a Polícia Federal imaginavam, àquela altura, este e outros contextos revelados de maneira inaugural por JOB.

LÚCIA, pessoa mencionada por JOB, é MARIA LÚCIA TAVARES. Mostrada a fotografia dela a JOB, ele confirmou, por meio de seu advogado, que foi a pessoa que lhe repassou o dinheiro³⁶.

MARIA LÚCIA foi ouvida nos autos do Inquérito n. 4.664 (Rel. Min. Alexandre de Moraes), em 27/07/2018 (íntegra na mídia na fl. 95 e depoimento impresso na fl. 1). Ela afirmou que:

“não era comum a entrega de valores dentro do setor de operações estruturadas, mas isso aconteceu algumas vezes, sendo que a Depoente se recorda de ter entregado valores a MÔNICA MOURA, que tinha o codinome FEIRA, bem como para LÚCIO VIEIRA LIMA, irmão de GEDDEL VIEIRA LIMA, e o emissário destes que tinha o nome de JOB.”

Durante a instrução da Ação Penal n. 1030³⁷, de Relatoria do Min. Edson Fachin, na qual JOB é réu junto com LÚCIO e outros por atos de lavagem de dinheiro, durante seu interrogatório, perguntado pelo Juiz Instrutor, Dr. Paulo Marcos de Farias, se alguma vez foi buscar dinheiro na ODEBRECHT, JOB confirmou³⁸ (aos 15'00" – Ação Penal n. 1030 – íntegra à fl. 95):

“fui. Uma vez disseram que era uma ajuda para campanha. Dr. Lúcio me mandou ir procurar pessoa de nome Lúcia, 'ela é minha xará'. Fui e cheguei lá; ela me deu envelope, coloquei na mochila e levei para o apartamento. Chegaram a ter 150, 300 mil. Foi buscar mais de uma vez. Entre 5 ou seis vezes”.

36 Quanto à menção ao nome LÚCIA, o declarante esclarece tratar-se de MARIA LÚCIA GUIMARÃES TAVARES, então secretária do Departamento de Operações Estruturadas da Odebrecht (item 8 da manifestação da defesa juntada aos autos da Ação Penal n. 1030 – íntegra em mídia na fl. 95).

37 Íntegra dos autos na mídia na fl. 95.

38 Em 30/10/2018, fl. 4918.

O Juiz instrutor perguntou se sobre essa Lúcia, em algum momento lhe foi mostrada uma foto. JOB disse: “*Sim, vi na Polícia Federal e reconheci aquela pessoa como sendo quem que me entregou o dinheiro*”.

Ouvido à fl. 452, do Inq. 4437 (termo impresso na fl. 73), LÚCIO consignou que “*apenas o declarante solicitava doação eleitoral para suas campanhas, não empoderando nenhuma pessoa para representá-lo neste assunto; que nunca solicitou ou recebeu doação eleitoral em ano não eleitoral*”.

Como já dito, o ano do recebimento da propina foi 2013 – ano não eleitoral.

No ano seguinte, agora sim calendário de campanha (2014), LÚCIO, valendo-se do já costume de pedir dinheiro à ODEBRECHT, “*procurou CLÁUDIO MELO FILHO para solicitar doação à sua candidatura (...); teria recebido diretamente de alguma das empresas do grupo ODEBRECHT R\$ 30.000,00; que teria recebido outros R\$ 370.000,00 do grupo ODEBRECHT, de forma indireta, via diretório estadual do PMDB na Bahia* (fl. 452 do Inq. 4437 – mídia de fl. 95).

Como revela o relatório de análise da SPPEA, a propina de R\$ 1,5 milhão, em 2013, foi registrada no sistema *Drousys*. Ao contrário, as contribuições oficiais de 2014, da ODEBRECHT (“caixa 1”), para a campanha de LÚCIO não constam no *Drousys*, mas foram registradas perante a Justiça Eleitoral³⁹.

Em suma, só os valores ilícitos eram registrados no sistema *Drousys*.

II.2. Da tipificação das condutas

Ao agirem conforme o narrado, os denunciados, na forma do artigo 29 do Código Penal, praticaram os seguintes crimes:

a) LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA praticou o crime do art. 317 do Código Penal (corrupção passiva) na referida aceitação e recebimento de R\$ 1,5 milhão e;

b) MARCELO BAHIA ODEBRECHT, CLÁUDIO MELO FILHO, JOSÉ DE CARVALHO FILHO E CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO praticaram o crime do art. 333 do Código Penal (corrupção ativa), ao prometer e depois pagar a referida vantagem indevida de R\$ 1,5 milhão

³⁹ <http://inter01.tse.jus.br/spcweb.consulta.receitasdespesas2014/resumoReceitasByCandidato.action>

ao deputado federal. **Em relação aos quatro corruptores, deverão ser observados os termos de seu acordo de colaboração premiada.**

III

Ante todo o exposto, requieiro:

- 1) a notificação dos denunciados para oferecerem resposta escrita no prazo de 15 (quinze dias);
- 2) a citação dos acusados para acompanhamento da instrução, nos termos dos arts. 1º a 12 da Lei n. 8.038/1990;
- 3) ao final, a condenação de **LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA** nas penas do crime indicado no capítulo anterior desta denúncia;
- 4) a condenação de **LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA** ao pagamento, a título de reparação do dano mínimo causado por sua conduta, nos termos do artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, do equivalente a R\$ 1,5 milhão (valor da vantagem indevida);
- 5) a condenação de **LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA** ao pagamento de mais R\$ 3 milhões, a título de indenização por dano moral coletivo, considerando que os prejuízos decorrentes da corrupção são difusos e pluriofensivos (lesões à ordem econômica, à administração da justiça e à administração pública, inclusive à respeitabilidade do parlamento perante a sociedade brasileira);
- 6) a decretação da perda da função pública para os condenados detentores de cargo, emprego público, ou mandato eletivo, principalmente por terem agido com violação de seus deveres para com o Poder Público e a sociedade, nos termos do art. 92 do Código Penal e;
- 7) a inquirição das quatro testemunhas abaixo arroladas.

Brasília, 25 de janeiro de 2019.


Raquel Elias Ferreira Dodge
Procuradora-Geral da República

TESTEMUNHAS:

1. [REDACTED]

[REDACTED]

2. [REDACTED]

[REDACTED]

3. [REDACTED]

[REDACTED]

4. [REDACTED]

[REDACTED]